



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
SETOR DE ATAS E DEBATES

**Ata da 33ª Sessão Ordinária da 23ª Legislatura da Câmara Municipal de
Maceió - Biênio 2025 - 2026.**

Aos 06 (seis) dias do mês de maio do ano de 2025, às 15h00 (quinze horas) sob a presidência do vereador Francisco Filho reuniu-se a Câmara Municipal de Maceió situada na Rua Sá e Albuquerque, número 564, bairro Jaraguá em sessão ordinária híbrida com as presenças dos vereadores: Aldo Loureiro, Allan Pierre, Brivaldo Marques, Cal Moreira, David Empregos, Davi Davino, Eduardo Canuto, Fátima Santiago, Galba Netto, Jeannyne Beltrão, Jônatas Omena, José Márcio Filho, Kelmann Vieira, Luciano Marinho, Leonardo Dias, Milton Ronalsa, Olívia Tenório, Samyr Malta, Silvio Camelo Filho, Silvânia Barbosa, Teca Nelma, Thales Diniz e Thiago Prado. Foi aprovada a ata da sessão anterior enviada eletronicamente. No **Grande Expediente como primeiro orador, o vereador Allan Pierre** teceu comentário sobre uma audiência pública realizada pela Secretaria de Assuntos Estratégicos de Maceió na última quarta - feira no Hotel Ritz para tratar de uma futura parceria pública privada que tramita no município de Maceió através desta secretaria sobre as águas fluviais. Falou que, como membro da comissão de assuntos urbanos e vereador desta Casa não se recorda de ter recebido nenhum convite a cerca dessa audiência que trata de uma parceria pública privada que está sendo construída para cuidar de toda questão das águas fluviais da cidade de Maceió o que envolve as encostas, a questão do Salgadinho, as línguas sujas e toda questão de drenagem.



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
SETOR DE ATAS E DEBATES

Chamou atenção deste vereador ser o único parlamentar presente para discutir uma questão tão importante ao tempo em que em sua fala questionou se a Câmara de vereadores tinha sido convidada onde o secretário reconheceu a importância do poder legislativo mais não deixou claro que tinha convidado os vereadores e as comissões. Explicou que uma PPP é um contrato de até trinta anos e a estimativa é de dezoito milhões de contra prestação do município mês para discutir toda estratégia para cuidar das águas fluviais. Indagou como a Câmara de vereador não discutiu ativamente essa pauta e solicitou ao presidente desta Casa convidar o secretário desta secretaria que cuida das PPP no município de Maceió para vim a Câmara apresentar do que se trata essa parceria pública privada. Falou que já teve a oportunidade de ser diretor do Alagoas ativo do Governo do Estado que cuida das PPP e precisamos entender estrategicamente o que efetivamente isso vai melhorar no quesito águas fluvias, entender se o município tem saúde financeira para por trinta anos pagar por mês dezoito milhões para cuidar das águas fluviais e o mais fundamental um contrato como esse tão importante acontecer sem que os vinte e sete vereadores e as comissões temáticas desta Casa comissão de assuntos urbanos, comissão de orçamento público e comissão de meio ambiente tenham conhecimento. Acredita que o prefeito de Maceió não tem conhecimento dessa audiência sem dá a devida publicidade e participação desta Câmara de vereadores. O senhor presidente acatou a solicitação do orador pela importância do projeto e lembrou a reunião a ser realizada amanhã às 9h com todos os vereadores e a BRK nesta Casa. **O segundo orador, vereador Thiago Prado** registrou o caso de um dependente químico que largou o lar para viver na cracolândia no bairro Benedito Bentes. Teceu comentário sobre a audiência pública realizada ontem nesta Casa onde muitos defenderam que situações como essa jamais devem ser proposta internação e pensam que vão resolver a situação com doação de alimentos



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
SETOR DE ATAS E DEBATES

enquanto a realidade é mais complexa e só pode ser resolvida acabando com as crackolândias além de estratégica na saúde pública para que o município tenha condições de dá conta de um problema com tanta complexidade. Por isso a realização da audiência pública ontem nesta Casa com depoimentos de familiares de dependentes químicos que citaram o drama de querer internar o seu ente querido preso as drogas como também relatos de ex dependentes químicos que conseguiram sair dos vícios e hoje tem uma vida nova. Apresentou o projeto de lei de sua autoria que prevê a regulamentação da internação compulsória no município de Maceió e dá outras providências e acrescentou que a regulamentação é lei federal sob o nº 11.343/2006 conhecida como lei de drogas e leu em tribuna o que diz o artigo 23 A da mesma. Comentou que os Estados Unidos é o maior consumidor mundial de cocaína sem produzir e tendo a fronteira mais vigiada da terra mesmo assim não conseguiu acabar com a droga. Voltou a tratar sobre o que diz a lei e defendeu o que acha necessário. Ressaltou a missão de cuidar das pessoas para que não tenhamos tantas crackolândias no nosso município . **Em aparte, o vereador Kelmann Vieira** lembrou das críticas que enfrentou quando esteve como secretário de prevenção a violência por conta de pessoas que são contra a internação nas comunidades terapêuticas e muitos queriam o fechamento das mesmas. Corroborou com o orador que fala com propriedade por estar todos os dias nas ruas vivenciando diariamente esse problema que os nossos governantes parece fechar os olhos. Comentou que tomou conhecimento da sessão onde alguns cobraram a criação de leitos nos hospitais da cidade enquanto deveriam perguntar porque o Estado não tem nem cria leitos. Disse que conhece bem o tema por ter passado próximo da questão dos CAPS e essa fala de que precisa mais investimentos, criação de mais leitos, CAPS vem desde o primeiro mandato deste vereador e a problemática só agrava. Quanto a internação compulsória é só mais um



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
SETOR DE ATAS E DEBATES

instrumento porque Maceió está se transformando em uma cracolândia. Finalizou deixando o seu apoio. **Retornando o orador** falou que enquanto a internação compulsória estava sendo discutida nesta Casa a ANVISA regulamentou em portaria as unidades terapêuticas acolhedoras e as clínicas especializadas em dependências químicas para que os dependentes possam ser internados e tratados. O senhor presidente comentou que participou da audiência mais ficou sem entender a dinâmica do debate haja vista que as pessoas hoje não entendem o que é democracia. **O terceiro orador vereador Leonardo Dias** também tratou sobre a audiência pública e não entende o motivo de haver tantas resistências com relação as unidades terapêuticas por parte da defensoria e promotoria mais a realidade é que as comunidades tem um papel importante para muita gente que já foi recuperada. Comentou que hoje mesmo pessoas foram encaminhadas para as unidades terapêuticas a exemplo de uma amiga deste vereador que vive em situação de vulnerabilidade porém, não dá para tratar toda população em situação de rua como sendo dependente químico é preciso separar apesar de quando olhamos a situação sub humana que elas vivem imaginamos que são. Acredita que a grande maioria é dependente e precisa de acolhimento mais não é com ajuda de alimentos que vamos acabar com a cracolândia nem colocar pessoas a força para um tratamento por noventa dias e depois deixar na rua novamente. Disse que acredita na internação involuntária quando existe laço familiar ou seja após o tratamento essas pessoas ter alguma forma de se manter longe do ambiente social em que se encontrava como também ter possibilidade de retomar a sua vida. Completou dizendo que, nesse momento um emprego seria importante para que a pessoa tenha autonomia na sua vida e sugeriu a esta Casa pressionar o executivo para implantação de mais um CAPS AD como também fazer uma abordagem para separar os que querem o tratamento voluntário dos que não querem e então realizar o encaminhamento



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
SETOR DE ATAS E DEBATES

porém precisamos de vagas nos CAPS e nas unidades. Comunicou que no próximo dia vinte este vereador vai para São Paulo conhecer o trabalho que tem tirado entre vinte e cinco a trinta e cinco pessoas das ruas e aqueles que tem condições são encaminhados para o mercado de trabalho. Espera que o mesmo ocorra aqui. Tratou sobre o reajuste do valor do aluguel social que passou de duzentos e cinquenta reais para quinhentos e cinquenta porém precisamos ter controle pois muitos vão usar esse valor com entorpecentes. Concluiu ressaltando que precisamos investir mais em saúde e assistência para essa população. **Em aparte, o vereador Kelmann Vieira** corroborou com a fala do orador e deixou testemunho de quando foi secretário de prevenção a violência e existe uma superintendência chamada rede acolhe com setecentos e cinquenta vagas pagas pelo Governo Estadual e setecentos e cinquenta pelo Governo Federal que acabou com as mesmas, mais, o problema está nos dependentes químicos que não consegue concluir o tratamento. Lembrou a qualificação feita para aqueles que concluísse o tratamento porém o índice de pessoas que após voltam para o crime é altíssimo e os que participam da qualificação durante o processo tem recaída. Citou a lei estadual criada em 2017 que nunca foi regulamentada pela procuradoria e destina cinco por cento para as empresas que vem fazer serviço público aqui, para as pessoas que saem da reincidência social e nunca foi colocado em prática além da reincidência ser mais de noventa por cento. Lembrou que quando secretário tentou melhorar os índices e não conseguiu porque os dependentes voltam para os crimes e alguma coisa precisa ser feito haja vista que estamos vendo as praças sendo invadidas pelas crackolândias e a alternativa trazida pelo delegado Thiago Prado serve para minimizar um problema a vista de todos. Concluiu falando que a rede acolhe não funciona e estamos vendo a crackolândia tomando conta de Maceió. **Retornando o orador** lamentou pela falta de equilíbrio na discussão do tema e comentou



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
SETOR DE ATAS E DEBATES

sobre o projeto seguir em frente implantado no Rio de Janeiro que vem dando certo e aqui temos um projeto que está aguardando a liberação do prefeito para sair o edital com cinquenta vagas para varredor e vai contemplar aqueles que estão aptos para ir para o mercado de trabalho a exemplo de ontem na audiência pública onde este vereador fez alguns encaminhamentos. O senhor presidente ressaltou que todos estamos falando a mesma língua cada um defendendo o seu ponto de vista e tentando encontrar uma alternativa para ajudar. Na opinião deste vereador tem que existir a internação involuntária e em alguns casos a compulsória. **A quarta oradora vereadora Teca Nelma** falou que a internação compulsória já existe e em alguns casos previstos de acordo com a lei e não podemos colocar a internação compulsória como primeiro ponto inicial da política de assistência. Comentou sobre uma nota que fala sobre o acolhimento sem consentimento onde isso equivale a psiquiatria compulsória. Lembrou que há doze anos estamos falando sobre esse assunto porque não há investimento, se houvesse estaríamos em outro debate. Trouxe a falta dos CAPS que deveria haver quarenta e temos dezesseis, ontem na audiência ficou evidente que o município precisa do CRAS e CAPS AD haja vista que os ministérios públicos estadual e federal juntamente com as defensorias públicas da união e do estado alertaram sobre os cortes orçamentários que ameaçam as políticas sociais de Maceió que investe popularmente um por cento do orçamento na política social. Concluiu comentando que ontem podemos vê a diferença que esses cortes faz e é fundamental entender que a internação por si só não resolve o problema é preciso criar mecanismo para que as pessoas não cheguem a esse estado. **O quinto orador vereador Jônatas Omena** tratou sobre as desordens provocadas pelas enfições dos postes espalhados pela nossa cidade e muitos não estão sendo usados são cabos de internet, por isso, este vereador vai solicitar uma audiência pública para discutir essa questão junto a todos



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
SETOR DE ATAS E DEBATES

responsável por esse cenário e definir regras. Temos os exemplos das cidades Salvador e Curitiba onde foram definidas regras rígidas e controle de compartilhamento dos postes principalmente com a remoção compulsória de fiação. **Em aparte o vereador Thiago Prado** corroborou com a fala do orador ressaltando os casos ocorridos por conta das fiações espalhadas nas ruas e mencionou a lei que regulamenta e penaliza as empresas que não cumprem com o seu dever legal que é manter os cabos ordenados. Informou que recentemente discutiu o tema com a Asplan e com muita franqueza informaram que o problema é causado pelos grandes provedores que não operam mais com as linhas. **Em aparte, o vereador Cal Moreira** parabenizou o vereador Thiago Prado pela iniciativa de criar o projeto para regulamentação dessas empresas e informou que tomou conhecimento de que muitas delas estão há anos fora do mercado de trabalho. Concluiu afirmando a sua participação na audiência pública para buscar uma forma de ter a cidade limpa. **Retornando, o orador** deixou convite a todos para participar da audiência. No **Prolongamento do Expediente** foram lidos: projeto de lei nº 190/2025 do vereador David Empregos – protocolo web nº 04280053/2025. Projeto de lei nº 191/2025 do vereador David Empregos – protocolo web nº 04280057/2025. Projeto de lei nº 193/2025 da vereadora Jeannyne Beltrão – protocolo web nº 04280065/2025. Projeto de lei nº 189/2025 da vereadora Jeannyne Beltrão – protocolo web nº 04240026/2025. Projeto de lei nº 192/2025 da vereadora Jeannyne Beltrão – protocolo web nº 04280064/2025. Projeto de decreto legislativo nº 73/2025 do vereador Jônatas Omena – protocolo web nº 04240042/2025. Projeto de decreto legislativo nº 75/2025 do vereador Jônatas Omena – protocolo web nº 04240045/2025. Projeto de decreto legislativo nº 74/2025 do vereador Jônatas Omena – protocolo web nº 04240043/2025. Feita a chamada para a **Ordem do Dia** foram constatadas as mesmas presenças da chamada inicial. Foram lidos e aprovados processos de números e autorias:



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
SETOR DE ATAS E DEBATES

indicações do vereador Brivaldo Marques – todas em discussão – protocolos web nºs 05050015/2025 (discutido pelo autor) 05050009/2025, 05050012/2025, 05050027/2025, 05050010/2025 e 05050025/2025. Indicações do vereador Cal Moreira – todas em discussão única – protocolos web nºs 04300041/2025, 04300035/2025, 04300040/2025, 04300033/2025 e 04300038/2025. Indicação do vereador Francisco Filho – em discussão única e discutido pelo autor – protocolo web nº 04300002/2025. Indicações do vereador Jônatas Omena – ambas em discussão única – protocolos web nºs 04300042/2025 e 04300043/2025. Indicações do vereador Kelmann Vieira – todas em discussão única – protocolos web nºs 04290042/2025 a 04290045/2025. Indicações do vereador Leonardo Dias – ambas em discussão única – protocolos web nºs 04300019/2025 e 04300039/2025. Indicações do vereador Milton Ronalsa – todas em discussão única – protocolos web nºs 05050013/2025, 04290034/2025, 04300029/2025 e 05050018/2025. Indicações do vereador Thales Diniz – todas em discussão única – protocolos web nºs 04280028/2025, 04280026/2025 e 04280034/2025. Indicações da vereadora Jeannyne Beltrão – todas em discussão única – protocolos web nºs 05050030/2025 a 05050033/2025. Indicação da vereadora Silvânia Barbosa – em discussão única – protocolo web nº 05050024/2025. Moção de Pesar da vereadora Fátima Santiago – em discussão única – protocolo web nº 05050023/2025. Projeto de lei nº 43/2025 do vereador Aldo Loureiro – em 1ª discussão – protocolo web nº 02110026/2025. Projeto de lei nº 116/2025 do vereador Leonardo Dias – em 1ª discussão – protocolo web nº 03180041/2025. Projeto de lei nº 21/2025 do vereador Leonardo Dias – em 1ª discussão - protocolo web nº 02040002/2025. Projeto de lei nº 34/2025 do vereador Leonardo Dias – em 1ª discussão e discutido pelo autor – protocolo web nº 02060044/2025. Projeto de lei nº 118/2025 da vereadora Silvânia Barbosa – em 1ª discussão – protocolo web



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
SETOR DE ATAS E DEBATES

nº 03190048/2025. Projeto de decreto legislativo nº 155/2025 do vereador Davi Davino – em 1ª discussão – protocolo web nº 11180017/2025. Projeto de decreto legislativo nº 40/2025 do vereador Luciano Marinho – em 1ª discussão – protocolo web nº 03060007/2025. Passando para o **expediente Final** não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a presente sessão e convocada outra para o dia seguinte em horário regimental. Do que, para constar, lavrei e digitei a presente ata que dato e assino. Maceió, 06 de maio de 2025. Maria Jairivane Sena da Silva – Redatora de Atas e Debates.